

**EMPODERAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOBRE O TRABALHO  
INFANTIL EM UM MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Gabriela de Aguiar Watanabe  
Graduanda em Medicina do Centro Universitário Municipal de Franca

Maria Carolina Sicchieri  
Graduanda em Medicina do Centro Universitário Municipal de Franca

Ana Beatriz Duranti Spereta  
Graduanda em Medicina do Centro Universitário Municipal de Franca

Júlia Lins Pereira Alves  
Graduanda em Medicina do Centro Universitário Municipal de Franca

Luiza Cirelli  
Graduanda em Medicina do Centro Universitário Municipal de Franca

Victor Meirelles Rodrigues Pacheco  
Graduando em Medicina do Centro Universitário Municipal de Franca

Fernanda Pini de Freitas  
Docente do Centro Universitário Municipal de Franca

Trabalho apresentado no II International Integrative Medical Congress, Franca-  
SP, 17/06/2023

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo promover a conscientização e o empoderamento dos estudantes de uma escola pública em relação ao trabalho infantil, além de fornecer informações sobre oportunidades de educação e qualificação profissional. A atividade foi realizada por acadêmicos de Medicina e dividida em duas etapas. Na primeira, foi realizada uma palestra sobre as consequências do trabalho infantil e a importância da educação na quebra do ciclo intergeracional da pobreza, apresentando programas e instituições que oferecem qualificação profissional. Na segunda etapa, foi realizado um circuito de profissões, com a participação de voluntários de diversas áreas, que compartilharam suas experiências e permitiram aos alunos vivenciarem atividades relacionadas a essas profissões. Ao final, foram compartilhados relatos pessoais sobre a importância do planejamento e do sonho para transformar a realidade econômica. A discussão destacou a importância do acesso à informação sobre os programas de apoio ao ingresso no ensino superior e à qualificação profissional para erradicar o trabalho infantil e incentivar a busca por uma formação acadêmica. A ação contribuiu para ampliar a visão dos estudantes sobre o futuro profissional e incentivou seu desenvolvimento, além de contribuir com a luta pela erradicação do trabalho infantil. Ainda, a experiência proporcionou aprendizados valiosos para os acadêmicos de Medicina, consolidando conhecimentos na área da saúde da criança e do adolescente e aproximando-os do seu universo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho infantil; Empoderamento; Colaboração Intersetorial; Assistência Integral à Saúde da Criança e do Adolescente.

## ABSTRACT

This study aimed to promote awareness and empowerment among students at a public school regarding child labor, as well as to provide information about education opportunities and professional qualifications. The activity was carried out by Medical academics and divided into two stages. In the first stage, a lecture was held on the consequences of child labor and the significance of education in breaking the cycle of poverty, introducing programs and institutions that offer vocational training. In the second stage, a career circuit was organized, with the participation of volunteers from various fields who shared their experiences and allowed students to engage in activities related to those professions. Ultimately, personal accounts were shared, emphasizing the importance of planning and dreams in transforming economic reality. The discussion underscored the significance of access to information about support programs for college education enrollment and professional qualifications to eradicate child labor and encourage the pursuit of academic education. This initiative contributed to broadening students' perspectives on their professional future, fostering their development, and promoting the eradication of child labor. Additionally, the experience provided valuable learning opportunities for Medical academics,

consolidating their knowledge in child and adolescent health and bridging the gap with their universe.

**KEYWORDS:** Child labor; Empowerment; Intersectoral Collaboration; Comprehensive Child and Adolescent Health Care.

## Introdução

O termo “trabalho infantil” refere-se às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, excetuado na condição de aprendiz e, a partir da referida idade, desde que, nesses casos, o trabalho não seja insalubre, perigoso ou noturno, nem se enquadre na lista de piores formas de trabalho infantil (1).

O trabalho infantil expõe a criança a riscos físicos, emocionais e sociais, desviando-a da proteção estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no. 8.069/1990) e pela Política Nacional de Atenção Integral à Criança (Portaria no. 1.130/2015). Caracteriza-se como o trabalho que priva a criança de sua infância, seu potencial e sua dignidade, e que é prejudicial ao seu desenvolvimento físico e mental. Ainda, ao interferir na sua escolarização, obriga as crianças a abandonarem o meio estudantil prematuramente ou exige que se combine frequência escolar com trabalho excessivamente longo e pesado.

Existem diferentes formas de trabalho infantil, sendo mais frequentes atividades como: trabalho doméstico, trabalho no campo, trabalho nas ruas e exploração sexual – uma violência na qual crianças e adolescentes são utilizados para fins sexuais em troca de dinheiro, presentes ou favores (2).

A desigualdade e a desassistência social levam muitos jovens a trabalharem em situações familiares, domésticas ou informais. Esse trabalho, muitas vezes sem salário e jornada definida, é erroneamente considerado “ajuda” ou atividade edificante, o que tende a normalizar o trabalho infantil na cultura brasileira. Ocorre que, com anuência dos responsáveis e, visando contribuir na composição da renda familiar, a criança adentra ao mundo do trabalho informal e conseqüentemente evade da escola, perpetuando o ciclo intergeracional da pobreza (3).

Por tratar-se de mazela social de ordem multifatorial, sua erradicação exige uma mobilização interssetorial, envolvendo setores da Saúde, Educação, Assistência Social e Trabalho, de modo a conferir à criança a prioridade absoluta.

Segundo dados do SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) 2022, o município de Franca-SP possui elevada taxa de ocupação formal (27,1% e posição nº 174 de 645 municípios do Estado de São Paulo), porém guarda

uma relevante desigualdade social, já que o salário médio da população é de 2 salários-mínimos (posição nº 434 de 645). Ainda, no ano de 2022 foi observado que 27,4% da população francana vivia com apenas meio salário-mínimo (R\$606,00) por pessoa (posição nº 557 de 645). O CadÚnico (Cadastro único para Programas Sociais) informa que 20% da população francana se encontra inscrita, sendo que destas, 34,9% são crianças e adolescentes (total de 24.985 crianças e adolescentes em situação de pobreza e extrema pobreza no município em comento (3).

De acordo com levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Ação Social em 2020 e 2021, há ainda um universo de 195 crianças identificadas que vivenciaram ou vivenciam situação de trabalho. As formas de exploração mais prevalentes são relacionadas ao comércio de doces e balas (35,6%), exploração pelo tráfico de drogas (35,6%), trabalho doméstico (5,7%), lavagem de vidros de carros (5,7%), exploração sexual (2,9%), fabricação de calçados e outros (3).

Dados do Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil, baseados em informações do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), informam que no período de 2012 a 2022 foram registrados 142 acidentes de trabalho envolvendo vítimas crianças e adolescentes no município, sendo 22% relacionados à fabricação de calçados de couro, 13% no comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios (supermercados), 9% em restaurantes e serviços de alimentação e bebidas, 5% no comércio varejista de ferragens e materiais de construção, dentre outras (4).

### **Objetivo**

O objetivo deste trabalho foi promover o empoderamento e a sensibilização dos estudantes de uma escola pública a uma perspectiva de futuro profissional pautada na educação e a prevenção do trabalho infantil.

### **Relato de experiência**

Trata-se de um relato de experiência de atividade desenvolvida por acadêmicos do terceiro semestre do curso de Medicina, em uma escola estadual periférica, de período integral, no interior de São Paulo, no final do primeiro semestre de 2023. O público alvo foram 61 alunos, com idade entre 14 e 17 anos, que frequentam o nono ano do Ensino Fundamental e primeiro ano do Ensino Médio.

A ação foi dividida em duas etapas. A primeira iniciou-se com uma palestra sobre as consequências do trabalho infantil, o ciclo intergeracional da pobreza e como a educação pode rompê-lo ao qualificar o estudante para o trabalho na vida adulta. Ressaltou-se, como direito do aluno, a existência da Lei de Cotas (Lei n. 12.711/2012), que reserva 50% das vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio público (5). Ainda, foi dado enfoque nos programas e instituições que promovem tal qualificação, primeiramente os de ingresso aos cursos superiores (como exames vestibulares [6], plataforma SISU, Prouni, FIES [7], Universidade Aberta do Brasil[8]), os técnicos (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI [9] e Serviço

Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC [10]) e por fim o programa de aprendizagem direta (Programa Primeira Chance) vigente no município.

Ainda, na segunda etapa, foi realizada uma atividade prática, no formato “circuito de profissões”, realizada por voluntários discentes e profissionais de diversas áreas, como Direito, Psicologia, História, Biologia, Terapia Ocupacional, Enfermagem, Medicina, Educação Física e Engenharia de Software. Cada grupo relatou a experiência em suas respectivas áreas, sendo que em algumas estações foi possível experimentar atividades que essas profissões realizam no cotidiano, como a aferição de pressão arterial.

Nesta etapa, evidenciou-se a existência de direitos e possibilidades de ingresso ao ensino técnico e superior para despertar o interesse e incentivar a qualificação profissional. O encerramento contou com relatos pessoais sobre a possibilidade do sonho e o planejamento do futuro com base na educação, visando a transformação da realidade econômica.

### **Resultados**

A informação dos programas de apoio ao ingresso na qualificação profissional proporcionou uma nova perspectiva de futuro relacionada à educação e um maior interesse dos alunos acerca do ensino superior. Os exames vestibulares e a plataforma SISU viabilizam a seleção de ingressos nas Universidades; o ProUni viabiliza a concessão de bolsas de estudo integrais em universidades privadas aderidas ao programa; o FIES possibilita o financiamento do valor investido em curso superior de instituições privadas; a UAB consiste de instituição pública de ensino superior voltada para o ensino à distância; SENAC e SENAI, ambos voltados para a aprendizagem técnica e profissionalizante e, por fim, o Programa Primeira Chance, focado na aprendizagem direta. Assim, o acesso à informação de tais direitos e oportunidades pode contribuir para a prevenção do trabalho infantil, reduzindo os riscos à saúde das crianças, bem como incentivar a qualificação profissional. Além disso, demonstrou-se que a realização de atividades práticas pode motivar os alunos e despertar seu interesse por diferentes carreiras.

Portanto, a ação visou o empoderamento dos jovens sobre os riscos envolvidos no trabalho infantil e o incentivo à qualificação profissional como meio seguro para o alcance de um futuro mais próspero.

### **Discussão**

Entre as consequências do trabalho infantil, há destaque para a idade como fator de risco para lesões. Tal fato se deve a vulnerabilidade com que essas crianças e adolescentes estão expostos quando necessitam realizar uma tarefa de maior complexidade e não possuem habilidades de desenvolvimento e experiência necessárias para concluir a tarefa com êxito. Assim, são comuns os acidentes nesse contexto (12).

De acordo com os estudos de Alberto, 2012; Yamamoto, 2017 et al. apud Silva e Duarte (13), há implicações físicas do trabalho infantojuvenil, que envolvem jornadas extensas e tarefas desafiadoras para a idade, como escalar, arrastar móveis, carregar peso e manusear fogo no preparo de alimentos. Essas atividades podem causar danos físicos irreversíveis, como lesões na coluna devido à postura inadequada e riscos de acidentes com objetos perfurocortantes e quedas em pisos molhados, entre outros.

Outra implicação decorrente da inserção precoce da criança no trabalho é o reflexo na saúde. Segundo Raphaelli et al., foi sugerido uma possível associação entre trabalho e comportamentos de risco à saúde entre escolares moradores de zona rural. Nesse estudo transversal, dos 339 participantes com idade menor de 16 anos, 82,3% eram trabalhadores atuais, sendo que destes 24,8% estavam com excesso de peso, 51,2% inativos no lazer, 6,6% fumavam e 27,0% haviam consumido álcool nos últimos 30 dias. Depreende-se, então, o maior risco desses jovens em adquirir maus hábitos e vícios nocivos à saúde como o uso do cigarro e etilismo (14).

Ainda, existem consequências psicossociais, evidenciando os perigos de o ambiente influenciar esses de menores a se envolverem com a violência, o uso de drogas ou a marginalidade (15). Além de contribuir para a perpetuação do ciclo da pobreza, pois impede que esses jovens frequentem a escola, o que os impossibilita de ingressar em cursos superiores e se tornarem trabalhadores qualificados, resultando em salários mais baixos. Como destaca Tristão, além de todo o processo de desenvolvimento biológico e social, os adolescentes, principalmente os das camadas mais pobres, enfrentam diversas dificuldades para se qualificar profissionalmente e para se inserir no mercado de trabalho formal, uma vez que essa população está caracterizada pela baixa escolaridade, além da inexperiência profissional devido à baixa idade (3).

Dessa forma, o ciclo da pobreza se repete nas gerações seguintes, pois os futuros filhos desses jovens também abandonarão a escola para contribuir na renda familiar, tornando-se trabalhadores não qualificados e com renda equivalente ou menores a um salário-mínimo.

### **Considerações finais**

Após a execução, a ação se mostrou como intervenção necessária e positiva acerca do trabalho infantil, promovendo informações para que crianças e adolescentes persistam na capacitação profissional como meio de transformação para um futuro mais próspero.

Ao ampliar a visão do horizonte profissional, a ação contribuiu para o desenvolvimento dos estudantes e o sonho de um futuro mais próspero. A maioria dos estudantes de periferia não é estimulada a ter uma perspectiva de futuro, uma vez que é desestimulada pela realidade que a cerca. Além disso, muitos desconhecem as formas de acesso ao nível superior e técnico, perpetuando, assim, o ingresso precoce no mundo do trabalho e a evasão escolar.

Nesse sentido, é de suma importância a realização de ações sensibilizadoras para a erradicação do trabalho infantil, além de ser um importante aprendizado para os acadêmicos de Medicina, pois o estudo e a ação proporcionaram uma aproximação com o adolescente e seu universo, consolidando aprendizados em Saúde da Criança e do Adolescente e desenvolvendo habilidades de comunicação.

## Referências

1. Brasil. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3o, alínea “d”, e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
2. Schwartzman S. Trabalho infantil no Brasil. Brasília: Organização Internacional do Trabalho Brasil; 2001. 16 p.
3. Tristão VAB. A experiência da aprendizagem profissional na perspectiva dos adolescentes atendidos pela Política de Assistência Social de Franca (SP). Franca: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista; 2022. 201 p.
4. Observatório Da Prevenção E Da Erradicação Do Trabalho Infantil. Acidentes de Trabalho com Vítimas Crianças e Adolescentes e Atividades Econômicas [Internet]. [s.d.]. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/localidade/3516200?dimensao=acidentesTrabalho>. Acesso em 22 abr. 2023.
5. Brasil. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2023.
6. Vunesp. Critérios e procedimentos para isenção de pagamento de taxa de inscrição para candidatos socioeconomicamente carentes; 2023. 3 p. Disponível em: <https://documento.vunesp.com.br/documento/stream/MzA2ODExNA%3d%3d>. Acesso em: 23 abr. 2023.
7. Ministério da Educação. Portal Único de Acesso ao Ensino Superior. [s.d.]. Programas. Disponível em: < <https://accessunico.mec.gov.br/programas> >. Acesso em: 22 abr. 2023.
8. UAB. Polo Franca. UAB Polo Franca. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.uabpolofranca.com.br/p/faq.html>>. Acesso em: 22 abr. 2023.

9. Senai. Senai Franca Cursos Profissionalizantes. Cursos Senai: Franca, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.cursosnosennai.com.br/senai-franca-cursos-profissionalizantes/>>. Acesso em: 22 abr. 2023
10. Senac. Cursos Técnicos Senac Franca, [s.d.]. Senac Franca. Disponível em: <https://www.sp.senac.br/senac-franca/cursos-tecnicos?bolsa=true>>. Acesso em: 22 abr. 2023
11. Prefeitura Municipal de Franca. Ações de enfrentamento ao Trabalho Infantil. Franca, SP: Secretaria de Ação Social, 2021a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1EV35v5riZLTl0snM0otraC9VmoTJH5h9/view>. Acesso em: 21 abr. 2023.
12. Kliegman R. et al. Nelson Tratado de Pediatria. 20. ed. [s.l.] Elsevier Editora Ltda, 2017.
13. Silva ACS, Duarte RPL. O trabalho infantojuvenil e a ausência de dados: percepção da rede de proteção. barbaroi [Internet]. 5º de julho de 2020 [citado 27º de julho de 2023];0(57):65-87. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/15412>.
14. Raphaelli CO et al. Estudo transversal sobre trabalho e comportamentos de risco à saúde entre escolares de zona rural do Rio Grande do Sul, 2010. Epidemiologia e serviços de saúde: revista do Sistema Único de Saúde do Brasil, 2020;29(0):1-11.
15. Burns DAR (org) et al. Tratado de pediatria: Sociedade Brasileira de Pediatria. 4. ed. Barueri: Manole; 2017.